



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA (38ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Trigésima Oitava (38ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 23 de novembro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Dayane Amaro Costa (04), João Antônio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Antônio Guarnieri (09), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (10), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Marcos Bento Alves de Godoy (12), Maria Helena Scudeler de Barros (13), Osvaldo Aparecido Quaglio (14), Waldemar Marcurio Filho (15) e, ausentes, Ary Augusto Reis de Macedo (16) e Leonardo David Zaniboni (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Cinoê Duzo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Trigesima Sétima (37ª) Sessão Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 146, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 94/2015, datada de 19/11/2015, objeto do Ofício nº 94/2015, de igual data, “dispondo sobre permuta de área de propriedade do município de Mogi Mirim com área de terreno de propriedade de Benjamin Quintino da Silva, para o fim que especifica”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 95/2015, datada de 19/11/2015, objeto do Ofício nº 95/2015, de igual data, “dispondo sobre alteração de zonas imobiliárias do município de Mogi Mirim e estabelecendo, para efeito de apuração do valor venal de imóveis urbanos, ou da base de cálculo do IPTU, a contar do exercício de 2016, os valores do metro quadrado de terreno e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete da Receita e Despesa da Câmara de Mogi Mirim, “referente ao mês de outubro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº 94/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 146/2015 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Neste ponto, às 18h56, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, comunicou a suspensão dos trabalhos, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

explanação da senhora Valdívnia Albejante, sobre o assunto do atraso do repasse financeiro às entidades assistenciais da cidade. Também, durante a suspensão, deu-se o cumprimento do disposto no Requerimento nº 473/2015, aprovado na sessão do dia 16 de novembro de 2015, para homenagem ao Tiro de Guerra 02-023 de Mogi Mirim e entrega de diploma ao Atirador Destaque de 2015. Presentes, na homenagem, o *Chefe de Instrução do TG 02-023, Subtenente de Infantaria Roberth César Gonçalves dos Santos; o Instrutor - 1º Sargento de Artilharia Ademar Gomes Rodrigues, e o Atirador Destaque, o jovem Aleanderson Alves Adorno.* Fez uso da palavra, em nome dos presentes, o Vereador Luiz Guarnieri. Findos os protocolos, a sessão foi reaberta às 19h40. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 478/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito SAAE, através de seu presidente, informações a respeito dos funcionários, que exerciam funções gratificadas, no período do mandato anterior ao atual executivo, ou seja, durante o exercício do senhor Carlos Nelson Bueno. Requerimento nº 479/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: requer cópia, na íntegra, do procedimento licitatório, modalidade Concorrência nº 10/2015. Requerimento nº 480/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações relativas à publicação de fotografias e dados, referentes às pessoas desaparecidas, no Jornal Oficial de Mogi Mirim, reiterando solicitação, feita através da Indicação nº 195/2015. Requerimento nº 481/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, informações relativas ao serviço de impermeabilização de solo, em toda extensão da Rua José Bella Leite, no Jardim Parque Real, reiterando solicitação, feita através da Indicação nº 223/2015. Requerimento nº 482/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações relativas à implantação de ciclo faixa, no Distrito Industrial José Marangoni, Av. João Pinto, reiterando solicitação, feita através da Indicação nº 603/2014. Requerimento nº 483/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro ao prefeito municipal, que envie informações a respeito da instalação de placas de denominação de ruas, em nosso município. Requerimento nº 484/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, para informações e estudos, visando implantação de dispositivo redutor de velocidade, ‘lombada’, na Rua Santa Cruz. Requerimento nº 485/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito à ARTESP, junto à Viação Santa Cruz, a extensão do itinerário da linha Mogi Mirim/Mogi Guaçu, para atender aos moradores do Condomínio Residencial Sylvia Matta e bairros adjacentes. Requerimento nº 486/2015. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita a Prefeitura Municipal, que acione a empresa responsável, para prestar os devidos reparos a UBS Doutor Antônio Albejante, no Bairro Parque das Laranjeiras. Requerimento nº 487/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer informações sobre os repasses para as entidades assistenciais. Requerimento nº 488/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer cópia do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a Caixa Econômica Federal, para recebimento das verbas do PAC. Requerimento nº 489/2015. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: requer ao Prefeito Sr. Luís Gustavo Antunes Stupp, estudos, no sentido de renovar o contrato com o CEBE – Centro de Educação e Integração Social Benjamim Quintino da Silva. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 509/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp e aos departamentos competentes, a instalação de Internet e a aquisição de novos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

computadores para o CEMAAE – Centro Municipal de Apoio e Atendimento Especializado. Indicação nº 510/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: Solicito ao Exmo. Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp e aos departamentos competentes informações a respeito do abono salarial dos funcionários, referente ao exercício de 2015. Indicação nº 511/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito da Exma. Secretária de Educação, Márcia Róttoli, para informações a respeito das escolas municipais, que se encontram com vidros e vidraças quebradas, ou danificadas. Indicação nº 512/2015. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: solicita a Secretaria de Mobilidade Urbana a implantação de uma ‘lombada’, na Avenida Luís Gonzaga de Amoêdo Campos, antes da Oficina do Miranda. Indicação nº 513/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Indico poda de mato entre a UBS Aterrado e a Creche Municipal. Indicação nº 514/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize manutenção na boca de lobo, localizada na Rua Benedito Alves de Camargo, próximo ao Túnel Mário Covas. Indicação nº 515/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize operação tapa buracos na Rua 1º de janeiro, no Bairro Santa Luzia. Indicação nº 516/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Artur Juliani. Indicação nº 517/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na esquina das Ruas Caiapó, com Dr. Ulhôa Cintra, centro da cidade. Indicação nº 518/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize limpeza e melhorias, na Praça Aparecido Ribeiro, localizada no Jardim do Lago. Indicação nº 519/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize limpeza, no passeio público, na Rua Benedito Alves de Camargo, próximo ao Túnel Mário Covas. Indicação nº 520/2015 Autoria: Luís Roberto Tavares.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: indico para que o departamento competente realize limpeza no passeio público da Avenida Adib Chaib, próximo à rotatória da Tenneco. Indicação nº 521/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize operação tapa buracos na Rua Estanislau Dias, na CDHU. Indicação nº 522/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana: análise e providências quanto ao ponto de ônibus, localizado em frente ao Zoológico Municipal. Indicação nº 523/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para instalação de braços de iluminação, com urgência, em quatro postes (do nº 71 ao 31) localizados na Avenida Luiz Pilla, Martim Francisco, sentido bairro/cidade. Indicação nº 524/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Professora Maria Luiza Costa Camargo, em frente à EMEB Alfredo Bérnago. Indicação nº 525/2015. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize nivelamento do asfalto, na Rodovia Élzio Mariotoni, nas proximidades do Residencial Altos do Mirante. Indicação nº 526/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, a manutenção na iluminação pública na Rua 13 de Junho, localizada no Bairro Santa Luzia. Indicação nº 527/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp e a secretaria competente, manutenção no pavimento e retirada de dois troncos de árvores, na Estrada Municipal Rural Estrada Dyonísio Guarnieri (MMR-232). Indicação nº 528/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, a manutenção em todos os postes de iluminação pública, na Rua Napoleão Laureano, localizada no Bairro Santa Luzia.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 529/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito ao Senhor Prefeito Municipal estudos, no sentido de realizar manutenção, na Rua Mauro Maretti, Parque das Laranjeiras. Indicação nº 530/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, a análise e providências urgentes, para sanar os problemas de água de esgoto, na Rua Benedito Alves Paulino, Bairro Santa Luzia. Indicação nº 531/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, para providências quanto à limpeza e instalação de bocas de lobo, na Rua Benedito Alves Paulino e suas adjacências, no Bairro Santa Luzia. Indicação nº 532/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, para providências a viabilizar a troca de lâmpadas queimadas, na Rua Benedito Alves Paulino, próximo ao nº 168, Bairro Santa Luzia. Indicação nº 533/2015. Autor: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: Indico ao Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp que providencie, junto a secretaria competente, instalação de dispositivo de redução de velocidade ‘lombada’, na Avenida 22 de Outubro. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 105/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: moção de repúdio ao Prefeito Municipal, Sr. Luís Gustavo Antunes Stupp, pelo atraso no repasse de verbas, para entidades assistenciais. Moção nº 106/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: moção de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Gianoto, ocorrido dia 15 de novembro de 2015. Moção nº 107/2015. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: votos de congratulações e aplausos para Ivan Albano Junior, que representou a cidade no Ironman, na cidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Fortaleza. Moção nº 108/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento da senhora Maria das Dores Januzzi Caruso, ocorrido no dia 14 de novembro de 2015. Moção nº 109/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de congratulações e aplausos, para com a Guarda Civil Municipal, pelos seus cinquenta e cinco anos de fundação, comemorados no último dia 18 de novembro, parabenizando todos os integrantes da Guarda Civil Municipal, pelo profissionalismo, perspicácia e coragem, com que atuam, diariamente, para garantir maior segurança a toda população. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 691, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, datados de 12 e 17 de novembro de 2015, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação nº 217/2015; Indicação nº 343/2015; Requerimento nº 423/2015; Indicação nº 436/2015; Requerimento nº 323/2015; Requerimento nº 358/2015; Requerimento nº 418/2015; Requerimento nº 420/2015; Requerimento nº 309/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Dentre os inúmeros problemas da cidade, que acompanhamos através das notícias, vendo o dia a dia, o principal deles, o que mais nos incomoda é ver a crise que as entidades mogimirianas estão enfrentando. Nunca antes, na história da cidade, aconteceu um descaso deste tamanho. Mais uma vez, quero parabenizar os representantes das entidades, pela luta, e por não desistirem de seus direitos. Estão mais que certos. No final de semana, estive na manifestação. A Vereadora Maria Helena, o Vereador Cinoê Duzo e eu. Foi manifestação bastante tranquila, foi pacífica e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de união. Pela manifestação sentimos a reação das pessoas, em relação ao que acontece, na cidade, com a administração do prefeito. Foi possível ver, enquanto caminhávamos, que as pessoas estão descontentes e percebem o que ocorre, com nossa cidade. Então, não são os vereadores de oposição, que estão falando demais. Os problemas estão aí, as entidades estão cobrando, estão sem o repasse financeiro. Um absurdo. São quatro meses de atraso. As entidades sustentam o nosso município. Se não fosse por elas, o município estaria bem pior. As entidades fazem o trabalho, que teria que ser exercido pelo Poder Público, e eu sei que o Poder Público jamais conseguirá fazer o trabalho, que fazem as entidades. Mais uma vez, deixo o meu apelo. É uma pena ver, que a prefeitura não está dando atenção à questão. Estive no gabinete, no dia em que seria feito o acordo. Na verdade, saímos sem resposta alguma, postergam e nada acontece. Não vamos desistir e não vamos deixar de protestar. Vamos sair, nas ruas, sempre que for necessário e vamos vencer esta luta. Quero falar do SAAE também. Não podemos perder um bem público, que é nosso. O SAAE é nosso, a autarquia é nossa, e o prefeito pretende concedê-lo à iniciativa privada. É o Poder Público se curvando à iniciativa privada, cada vez mais. Onde chegaremos com isso? Absurdo. Obrigada pelo apoio na moção de repúdio ao prefeito, relativa à falta de repasse financeiro às entidades. Obrigada. Para concluir, relativo à renovação do contrato com o sistema SESI e suas apostilas. O projeto está na Comissão de Educação – CESAS. Adianto, que faremos um estudo detalhado, não vamos exarar parecer, de uma hora, para outra. Sabemos do problema que os professores enfrentam, com a apostila SESI. Vamos ouvir pais, alunos e professores. O assunto não pode ser decidido somente entre Câmara e Prefeitura, pois o foco são os professores, profissionais, que devem ter um material, com o qual trabalhem, com confiança. Parabéns às entidades e que continuem com o trabalho”, discursou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “A situação das entidades, cuja falta de pagamento, mostra a ausência de organização e planejamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da administração. A administração está colocando nossas entidades numa situação insustentável. Estou, há vinte anos, envolvido com entidades e nunca vi uma situação como esta, que vemos agora. Nossa Secretária de Assistência Social, Beatriz Gualda, toma determinadas atitudes ao ponto de ser grotesca. Disse que quem não está contente, que entregue a carta de demissão, e ela colocará outra pessoa, para administrar. Isto demonstra a falta de comprometimento desta administração, para com as entidades. Na última quarta-feira, tivemos uma reunião aqui, com a presença das entidades. Mostrou-se um descaso, pois não veio sequer um único representante da administração, nem da Secretaria de Finanças, nem da Assistência Social, ou o prefeito. Nenhum sequer. Eu conversei com Jorge Barbosa, diretor do CEBE. Ele comentou comigo, que recebeu um e-mail da administração, informando que, em 2016, a entidade não terá mais verbas. Vejam como as entidades estão sendo destruídas. Situação complicada. As entidades desenvolvem um trabalho magnífico, Mogi Mirim é referência na área, mas só nossa administração não vê o óbvio e nos deixa perplexos, e muitas entidades estão sem conseguirem planejar o pagamento de seus funcionários, ou o décimo terceiro salário. Diante de tudo isso, conversei com Valdívia Albejante e nós não temos outra alternativa, a não ser pedir aos dezessete vereadores, que façam uma reunião, se preciso for, um abaixo-assinado, pedindo a troca das duas secretárias, a de Assistência Social e a de Finanças. Ela deve ter seus valores e prerrogativas, mas não tem condições de ser gestora da assistência. Nem a de Finanças, senhora Elisanita. Mogi Mirim está chegando ao caos financeiro, sem precedentes. Chegamos ao final do ano, todas as entidades, em planejamento, e sem conseguirem arcar com os compromissos e as exigências, cada vez maiores. Incluo a Santa Casa, que presta um bom serviço e tem retorno baixo de seus serviços, pois tem como referência o SUS. Peço ao Presidente da Câmara, que viabilize este documento e que, o prefeito tenha a hombridade de tratar as entidades com dignidade, pois é o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mínimo que merecem”, narrou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Como venho falando, já estava previsto, que se iria chegar a isto, ao caos. No decorrer desta semana, mais do que nunca, isto ficou confirmado. Com relação à privatização, ou terceirização do SAAE. A palavra do administrador da cidade coloca que, se não houver isto, agora, daqui a cinco anos o SAAE irá falir. É preocupante. Fizemos várias audiências, aqui, e nunca isto nos foi colocado. Fomos atrás de dados e, em momento algum, vimos o serviço com esta visão do prefeito, que justifica o que ele quer fazer e que vai trazer um gasto maior à população. Tem gente que diz, que estamos errados, ou porque somos contrários, ou porque queremos aparecer. Somos colaboradores da cidade e temos família aqui. Em todo caso, vamos esperar, para saber com quem está a verdade. Espero que o Tribunal de Contas – TC tenha lido os jornais, neste final de semana. Eu enviei ao TC todas a situação do SAAE. Espero, que leiam e tomem uma atitude, antes que esta administração cabe com o SAAE. Atitude agora, não depois. Vamos ver o que vai dar. Fizemos um repúdio à administração. Vamos ver se a população aparece nas manifestações e na Câmara, não só na rede social - Facebook, mas aqui também, para colocar, realmente, a posição de toda a população. Vamos ver se a população participa mais das manifestações e das sessões também, para, realmente, passar à Justiça a nossa preocupação, com a situação presente e futura da cidade. Entidades. Não é porque estou na área da assistência, que eu vou falar mal de certas pessoas. Acho, que a gente tem que se unir. Porque a assistência é importante, assim como a saúde e a educação. Sem ela, como fica a população mais vulnerável? Não vai a local algum. A população mais carente depende da assistência social da prefeitura e das entidades assistenciais. Não são só as entidades, que passam dificuldades, mas também a assistência, como um todo. Se os recursos foram cortados das entidades, foram cortados também os serviços da prefeitura. Todos nós da assistência, vamos ficar trabalhando, no final do ano, enquanto a prefeitura folga doze dias. Se a população



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aparecer, vamos oferecer nosso ombro e nosso abraço, porque recursos, não temos. A assistência está de mal a pior. Espero que os colegas estejam conosco, no sentido de salvar todas as entidades e os serviços de assistência social, como um todo”, discorreu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Eu estive no protesto, em favor das entidades. Foi um momento diferente. Parabéns aos líderes, pela coragem, aos líderes das entidades, por estarem junto da população. Deu para sentir que a população despertou, para a gravidade do problema, o descaso do ‘rascunho de prefeito’, que tem um discurso, que ninguém aguenta mais! Ele poderia participar do filme O Pagador de Promessas. Só promessas, nenhuma atitude, nenhuma ação. Que país é este? Hoje, Renato Russo comporia nova canção, denominada Que Cidade é Esta? Que cidade é esta, que o desgoverno destrata suas crianças, seus idosos e as pessoas portadoras de necessidades especiais. Cito outro pensador, Dr. Martin Luther King, que dizia, que ‘o problema não era o grito dos maus, mas o silêncio dos bons’. Que este protesto de sábado se torne uma bola de neve. Não houve violência, não houve depredação, houve sim, organização e empenho de todos, para tentar despertar o ‘semacol’, no ‘rascunho de prefeito’. Que a bola de neve ganhe, a cada movimento, a cada protesto, a adesão de mais uma pessoa. Somente com a força do povo, podemos mudar. Não podemos esperar mais um ano. Enquanto isso, o prefeito empurra a cidade com a barriga. As entidades são ligadas, pelo amor, aos que assistem. Mas o ‘rascunho de prefeito’ não sabe o que significa a palavra amor, porque ele é maquiavélico, ele é pessoa destrutiva. Primeiro, destruiu a Câmara, fragmentou o Poder Legislativo. Depois, tenta engambelar o povo, com suas propagandas enganosas. Ele poderia deixar de jogar dinheiro fora, com aquelas placas de propaganda inúteis e repassar o montante às entidades. Contem comigo, não podemos nos calar. Ele não quer só poder, ele quer o nosso silêncio, nossa obediência e isto, não podemos aceitar. Na Câmara, podemos fazer papéis oficiais. Protestar de maneira organizada e reivindicar os direitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gostaria muito de patrocinar um ônibus, que comportasse o prefeito e seus secretários todos, para que eles fossem visitar as entidades, uma por uma, para ver a situação de cada uma delas. Todas são importantes. Desafio o prefeito e seus secretários, para que façam uma visita às entidades. Duvido, que não se sensibilizem”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Desejo falar sobre o material de ensino do Sistema SESI. A vereadora Dayane, Presidente da Comissão de Educação, disse que a nossa comissão estará reunida, para apreciar o projeto. Antecipo, certamente, que meu voto será contrário, independentemente, do parecer, que emitiremos. Prefiro os livros do Ministério de Educação – MEC, porque são gratuitos e bons, e a prefeitura não precisará gastar dinheiro, comprando o material didático. Hoje, por exemplo, recebi várias denúncias, a respeito de creches, que estão sem material de limpeza. Quero, que o dinheiro economizado com os livros didáticos, seja colocado em Mogi Mirim, utilizado nas escolas, nas creches. Há muitos lugares, onde ser empregado. Sobre o SAAE, infelizmente, chegou a publicação no Diário Oficial. Audiência até 17 de dezembro deste ano. Em 2016, se não conseguirmos barrar a privatização, ela será realidade. Funcionários do SAAE dizem que, com duzentos e cinquenta mil reais/mês, o SAAE consegue vida, sobreviver a esta crise e conseguir ter mecanismos próprios, lá na frente, para sair do sufoco. O prefeito fala, como se ainda estivesse prefeito, por aqui, daqui cinco anos. Este é o problema. Se Deus quiser não estará! Não vai permanecer. Sobre as entidades, também lamento. Vi uma placa, que dizia: muito blá blá blá não paga as contas. Exatamente. Não paga. Nós, os dezessete vereadores, temos que nos unir, independentemente, de sermos oposição, ou situação, e ver o que podemos fazer. Se podemos ir ao Ministério Público, ou falar com o prefeito, mas fazer algo. Temos que pressionar. O Vereador Cinoê disse, do prefeito ter a coragem de visitar as entidades. Ora. Nem compras, em Mogi Mirim, ele faz! Fica o lamento, mas algo deve ser feito”, destacou. Como os próximos inscritos, Vereadores Marcos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bento Alves de Godoy e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Na semana passada, a reunião entre as entidades e o Poder Executivo ficou restrita aos vereadores. Apenas o presidente foi recebido e meio a contragosto. A vereadora Dayane Amaro participou também. Os demais vereadores, não tiveram o privilégio de participar da reunião. Sou prático, não sou de ‘encher pavão’. Alguns falam de levar o Poder Executivo de ônibus, para visitar entidades. Sabemos, que se as entidades não estivessem passando necessidades, elas não estariam aqui. Tomei a decisão e sugiro um requerimento, para convocar as Secretárias Beatriz Gualda e Elisanita aqui, nesta Casa, para explicações, em tribuna. Daí sim, com os representantes das entidades presentes, fica mais fácil, para que possamos discutir o assunto. Entendo pelo que passam, mas esta reunião ocorrida, por exemplo. Nós ficamos sabendo de seu teor, por terceiros. Ficamos sabendo pelos jornais, que o recurso das entidades foi marcado para dezembro e janeiro. Adianta, para vocês? Penso que não. Existe a Santa Casa também. Em janeiro, a Santa Casa vai parar. Portanto, é muito mais sensato fazer a convocação das secretárias, para a próxima sessão, para que as duas venham. Isto é o que eu, como vereador, posso fazer e já informei ao Poder Executivo, que vou votar contra os projetos do Executivo aqui, enquanto esta situação não se resolver. Não tenho autoridade para executar nada. Aqui, as duas secretárias serão obrigadas a nos dar explicações sobre o porquê o repasse não está entrando, nem na Santa Casa, nem nas entidades. Vocês estão preocupados, com a falta de repasse às entidades, mas há médicos, na Santa Casa, que estão há dois meses, sem receberem salários. Fica um leva e traz e não temos informações oficiais. Portanto, olho no olho, aqui. Vamos perguntar qual é o problema real. É isto, o que eu posso fazer, como vereador, e já avisei minha assessora, que está elaborando o requerimento de convocação. Todos nós temos o mesmo interesse. Vamos oficializar. Talvez dia 7, na próxima sessão. Se tiverem outra forma,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aponte-me e escutarei. O que posso fazer, como vereador, é avisar o Poder Executivo, que votarei contra projetos, mas isso não vai resolver a situação, a curto prazo, e vocês precisam de solução rápida. Eu quero saber o porquê não repassar o que é de direito das entidades. Não dá para aguentar até janeiro. Precisamos ter solução, resolver agora, na próxima segunda. Sair daqui, com uma decisão. É o que posso fazer, gostaria de fazer mais, gostaria de encontrá-los, em outras circunstâncias. Sei que a falta de recursos faz com que qualquer instituição feche suas portas. O que podia fazer, fiz. Tomei a atitude, mas não quer dizer, que resolva, por isso, quero a presença das secretárias aqui. Para explicações. Sairemos com uma definição, para a melhor solução, que atenda às necessidades de todos. Em relação ao SAAE, o que eu votei aqui, foi uma parceria público-privada e não privatização, não votei nenhuma venda. Votei uma concessão a uma instituição de ordem particular, que vai trabalhar com o município, como parceira”, aclarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “Quero colocar, que as entidades assistenciais têm o grande apoio da população de Mogi Mirim, que colabora e apoia suas entidades. Mas o prefeito Stupp, que representa o povo de Mogi Mirim, não considera as entidades como prioridade. O que é prioridade, para ele? As entidades não recebem o repasse, desde o mês de setembro. Já trabalham com orçamento apertado, mas como vão trabalhar sem recursos? O governo municipal teve queda de arrecadação de apenas 1,36%. Onde o senhor colocou o nosso dinheiro, prefeito?”, sublinhou. Também fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “A questão das entidades foi bastante comentada aqui. Já foi dito tudo o que deve ser feito. Parabéns, Vereador Waldemar. O senhor ouviu minha sugestão, na semana passada. O caminho é esse: basta que a situação pare de falar ‘amém’ ao prefeito, que ele vai pagar as entidades. Basta de dizer ‘amém’. É a solução. É só querer. Eu disse, na semana passada, que o pessoal da situação estava com a arma, com a faca, com o queijo, com tudo na mão. Apenas que, desde o primeiro dia do seu mandato, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

‘homem’, o ‘cara’ ganha todas aqui. Tudo o que ele quer, ele consegue aqui, pois tudo passa. Como já disse, dei um único voto de confiança a ele e ‘caí do cavalo’, com arreio e tudo. Esse ‘cara’ – o prefeito – se quisermos que ele faça alguma coisa, teremos que barrar o que ele manda à Câmara. A maioria daquilo que ele manda à Câmara é suspeita. A questão das entidades, infelizmente, não é tirar secretárias, ou mandar secretárias embora. Pergunto: quem tem a caneta na mão? O prefeito! Quem coloca os secretários? O prefeito! O secretário faz o que o prefeito manda, assim como faz um secretário de empresa privada. Se os secretários fazem o que fazem, é porque ele quer. Se não fizerem, ele tira o secretário do cargo. Então, infelizmente, não adianta marcar reunião, para trazer secretários aqui. Vocês viram como foi, na última quarta-feira. Convoca-se e eles não vêm. A Câmara aprovou requerimento, por unanimidade, e o prefeito não compareceu. Convoca, mas o prefeito não vem. Ele não tem como encarar a população, ele não consegue. Hoje, recebemos o projeto de planta genérica, novamente. Vamos ver, nesta Casa de Leis, como vai ser analisado este projeto, para pegar mais dinheiro. Falando de entidades, há quarenta dias, comuniquei uma emenda, oriunda do deputado federal Nelson Marquizzelli. Uma emenda ao orçamento do governo federal, na cifra de duzentos e cinquenta mil reais, para reformas na Santa Casa. Conseguimos, agora, mais duzentos e cinquenta mil reais, com o Deputado Marquizzelli. A Santa Casa tem estas duas emendas, para reformas na sua estrutura. A vantagem é que o dinheiro irá, diretamente, para o hospital, sem necessidade de passar pela prefeitura. Direto para a Santa Casa. Não há risco de o prefeito fazer este dinheiro sumir, o Gasparzinho. A única forma deste prefeito fazer as coisas, corretamente, é votar contra seus projetos. Ou faz, ou votamos contra. Só sentindo na pele, ele vai fazer alguma coisa. Analisem e vejam se o que falei não é a realidade. As entidades vão ter que trabalhar. Dinheiro da prefeitura vai ser difícil. O presidente tem que puxar a orelha do prefeito, pelas entidades”, discursou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu não acho que o prefeito tenha a caneta, como disse o Vereador Osvaldo. Sempre tive vontade de dizer isso. É um grupo de fora, que está coordenando a cidade de Mogi Mirim. Para mim, isto é realidade. Já fiz esta pergunta várias vezes: quem são as cabeças pensantes desta administração? Fui vereadora, com Gustavo Stupp, por quatro anos. Nunca imaginei que ele seria brilhante, pela atuação que víamos dele, aqui. Ele não pensa. Em dois segundos de conversa, ele perde a concentração e voa. É um grupo de fora, que está definindo. Preciso dizer que, mesmo fragilizadas, como estão as entidades, vamos precisar de união, porque vi a força das entidades, nas ruas. Vamos ter que fazer a mesma coisa, com a privatização, ou concessão, ou parceria público-privada do SAAE. Isto será o maior caos no município. Houve consultoria, para ver a viabilidade econômica do SAAE. Eles pagaram, para mostrar que não é necessário passar o SAAE à iniciativa privada. Chamamento às audiências públicas foram publicadas, no Diário de Mogi Mirim, o jornal oficial, vamos ter que discutir os editais e os anexos, mas é preciso, antes de tudo, uma proposta, um projeto de lei de reestruturação dos servidores do SAAE. O prefeito não poderá fazer nada, antes de mostrar por onde vai caminhar, ao mudar as competências do SAAE. Ao passar o SAAE à iniciativa privada, a autarquia terá novas competências, pois vai tratar de lixo, resíduos, manejo. E os funcionários do SAAE? Onde ficarão? Na lei, que muda as competências, está claro, que o prefeito terá que encaminhar os servidores, para alguma função devida, e ele não fez isso. Faço este apelo: da mesma maneira que fomos à luta pelas entidades, peço que nos ajudem a impedir este ato desumano, desnecessário ao povo de Mogi Mirim, que é a concessão do serviço de água. É uma situação muito difícil. Se está difícil, hoje, ficará muito pior. Não vamos conseguir pagar energia, água, esgoto, remédios. Fica meu apelo. Já disse à Valdívia, que também não tenho nenhum elogio à Beatriz Gualda. Não tenho dificuldades em dizer. Trabalhou, aqui, com o então Vereador Gérson e eu nunca gostei do comportamento dela.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Também quero o afastamento dela. Esta moça não pode continuar no cargo”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. “Já disse e repito, que os vereadores têm que acabar com este negócio de situação e oposição. Disse semana passada, que as entidades de Mogi Mirim são de dar inveja, na região, pois são bastante organizadas, são as mais empenhadas da região, trabalham, em prol da população de Mogi Mirim. Nenhum vereador é burro, ou ignorante, para ir contra qualquer entidade, dentro, ou fora de Mogi Mirim. Mas, vários vereadores discursaram. Tem vereador, que vai à tribuna, pula, dá gritos. Até participa do movimento, do manifesto, mas eu desconheço, que ele tenha conseguido sequer um único centavo, para qualquer entidade de Mogi Mirim. Eu desconheço. Dizem, que eu não participei do movimento, mas eu estava atrás de verbas. Eu consegui cinquenta mil reais, para a Casa de Santo Antônio, e verba, para o Projeto Maguila. Então, não adianta o vereador vir aqui e bater. Não adianta só bater, mas deve fazer, por onde, e ajudar entidades; levantar o traseiro, buscar e bater na porta dos deputados, ir às empresas, como tenho feito, para ajudar o Centro Educacional Municipal de Apoio e Atendimento Especial Rachel Ramazini Mariotoni (CEMAE). Precisa de computadores e livros. Portanto, o cidadão deve levantar o traseiro e buscar, realmente, alguma coisa que venha ajudar as entidades. Não podemos apenas confiar no prefeito, mesmo porque, o prefeito está sendo irresponsável, deixou a situação das entidades chegar a este ponto. Três, ou quatro meses, com o repasse às entidades atrasado. Isto é o cúmulo do absurdo. Então, nós, os dezessete vereadores, temos que pressionar sim, e cobrar o prefeito, para uma atitude, com urgência. Logo. Ele vai empurrar, com a barriga, até quando? O Natal já está aí. Não adianta o cidadão torcer o nariz, pelo que estou falando, pois falo a real, a verdade, não estou aqui, para fazer média. Não preciso de média. Faço o que costumo fazer, ou seja, correr atrás e ajudar. Agora, se o cidadão escuta minha fala e torce o nariz, daí, já é problema dele. Quero dizer, que devemos respeitar as entidades do nosso município. O prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tem que ser responsável e pagar as entidades, para que não se chegue ao ponto do ingresso na Justiça, para que recebam o que lhes é de direito. Se cada vereador aqui, correr atrás, a coisa melhora, um pouco. Não digo que são todos. Muitos buscam. Mas há alguns, que são só papo furado. Ano que vem, tem eleição, ele aparece, mas correr atrás, realmente, para ajudar, não vejo tal iniciativa, no cidadão. Temos que nos unir e que, cada um, busque dez, vinte mil reais, como venho fazendo, para ajudar as entidades. Os vereadores do PPS estão cobrando seus deputados. Se eu posso, por que os outros vereadores não podem fazer o mesmo? Recentemente, consegui uma verba para o Projeto Maguila. Ninguém soube. Não preciso divulgar. Também, para a Casa de Santo Antônio. É pouco, mas ajuda. Se cada um levantasse o traseiro e fosse atrás, certamente, a situação das entidades seria outra. Senhor Presidente. Temos que pressionar o prefeito, cobrar dele uma atitude, que deixe de ser irresponsável e dê atenção às entidades, antes que a ‘casa caia’. E tem que ser para ontem! Não podemos ficar esperando chegar um projeto para pressionar o prefeito! Como ficam as entidades? Semana próxima, já não haverá sessão. Vai demorar. Temos que nos mobilizar”, aclarou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Na quinta-feira, às 10h30, o prefeito recebeu os representantes das entidades. Nenhum vereador foi convidado. Nem eu. Cheguei lá, antes do início. Uma pessoa do gabinete me perguntou, quem tinha me convidado. Eu respondi, que eu iria participar da reunião, como representante de todos os vereadores, porque eu sou o Presidente da Câmara. Sinceramente, eu não gosto de usar do cargo, para impor minha presença, seja em qualquer evento. Detesto. Morei na roça, fui engraxate, carteiro. Não tenho esta vaidade, mas, desta vez, foi assim. Neste dia, fiquei irritado. Foi comunicada minha presença e o prefeito me permitiu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

adentrar na reunião. Nem sei como a Vereadora Dayane Amaro conseguiu participar, talvez da mesma forma. Apenas, que a ideia que o Vereador Waldemar nos propôs é boa, mas não vai funcionar, vereador. Pode convocar. Não virão, nem Elisanita, nem Beatriz, nem nada. Na reunião, foi dito que, no começo de dezembro, o prefeito pagaria o mês de setembro; em 18 de dezembro, pagaria o mês de outubro; dia 20 de janeiro de 2016, pagaria novembro de 2015 e, no dia 29 de janeiro de 2016, ele pagaria p mês de dezembro de 2015. Esta foi a proposta feita pelo prefeito e Elisanita. A proposta foi impressa e distribuída às entidades, atendendo o pedido do senhor Álvaro Finazzi. Mas, mesmo antes do término da reunião, as entidades já tinham dado a resposta negativa, pois não aceitaram a proposta, haja vista que o prefeito tinha que honrar os compromissos, ainda neste ano. Paulinho da Telesp, que foi vereador aqui e é do CCI, fez um questionamento à Elisanita e ela não respondeu. Um parecer do Tribunal, de que as entidades podem receber em janeiro. Eu desconheço e acho que isto não é verdade. Então, não sei qual solução o prefeito vai apresentar. Soube, que, amanhã, ele receberá três representantes de entidades, que ele vai conversar, individualmente, um a um, caso a caso. Amanhã, à tarde, eu saberei qual foi a proposta que fez a cada um. Não dá para esperar a sugestão do Vereador Waldemar; é boa, mas não vai funcionar. Um requerimento do vereador seria apreciado somente no dia 7 de dezembro e as secretárias seriam convocadas, para a segunda quinzena de dezembro. Acabou-se o ano. Tem que se resolver ainda neste mês. Do jeito que está, vocês têm o apoio de todos os vereadores. O Vereador Osvaldo não precisa me cobrar um puxão de orelha. Estou fazendo a parte que me cabe. Vou continuar fazendo. Não tem como esperarmos até janeiro. A solução é pagar todas as entidades, em dezembro”, informou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente, novamente na direção dos trabalhos, suspendeu a Sessão às 20h29, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 141, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dando outras providências”. O parecer da Comissão de Justiça e Redação. Parecer, conjunto, das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Aprovaremos, certamente, por unanimidade, uma verba para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. São cerca de cinquenta mil reais, para o Instituto Coronel João Leite; cerca de vinte e oito mil reais, para o Centro de Apoio Vida; cerca de sessenta e quatro mil reais, para o Lar São Francisco; cerca de vinte e oito mil reais, para a Casa de Santo Antônio; cerca de dezesseis mil reais, para a Associação Espírita Jesus e Caridade; cerca de dezoito mil reais, para a Vila Vicentina; cerca de mil e quatrocentos reais, para a Associação Júlia Bazzuco, perfazendo um total de duzentos e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos. Nada mais justo, porque as entidades apresentaram o programa. Eu peço que votemos favoráveis”, narrou; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 141/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi mirim); 2. Projeto de Lei nº 144, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “instituído, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal (PERF), para débitos constituídos até 31 de dezembro de 2014, e dando outras providências”. Juntamente, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

emendas, dos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Marcos Bento Alves de Godoy. O primeiro a comentar o projeto foi o Vereador Marcos Bento A. Godoy. “Quando as dificuldades financeiras surgiram, alguns disseram, que talvez o dinheiro pudesse chegar até as entidades. O PERF é um REFIS. Fizemos uma emenda. O dinheiro arrecadado também será repassado para as entidades e para a Santa Casa. Acredito que, se o prefeito cumprir o que prometeu, com este dinheiro, ele poderá, até dezembro, garantir o pagamento às entidades. Espero que isso aconteça”, declarou. Também fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Discutimos a emenda do Vereador Marcos. Mencionamos, que a linha deste projeto é o pagamento à vista. Imaginem vocês. A pessoa deve três, ou quatro mil reais de IPTU, por exemplo. Final de ano, dezembro, festas. Penso que não vá pagar o IPTU, mesmo com um desconto de cem por cento. Mas, se juntado o montante de vários inadimplentes, o valor será alto, por isso, sou favorável e também às emendas. Vamos votar e acredito, que o município consiga os recursos do PERF”, sublinhou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, explicou o teor das emendas. A do vereador Marcos, determinando que o dinheiro arrecadado seja repassado às entidades assistenciais e à Santa Casa e ainda, concedendo cem por cento de desconto, nos juros e multas, para pagamento à vista; a emenda do orador, Vereador João, determinando o parcelamento, respectivamente, em seis vezes, com desconto de setenta por cento, nos juros e multas. Aclarou o Presidente, que a administração pretendia conseguir oitocentos mil reais imediatos e que, o pagamento seria feito de 1º a 22 dezembro de 2015, a fim de que houvesse tempo hábil, para repasse às entidades; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 144/2015, do Prefeito de Mogi Mirim e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi mirim); 3. Projeto de Lei nº 131, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a concessão de isenções e incentivos fiscais às empresas, que efetuem investimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no Município de Mogi Mirim, com a implantação, ou expansão, e dando outras providências”. Juntamente, com **uma emenda**, de autoria da Comissão de Justiça e Redação; e **sete emendas**, subscritas pelos Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Luiz Antônio Guarnieri. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e de Finanças e Orçamento. Para discutir o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós procuramos um consenso sobre este projeto. Estivemos reunidos, por vários dias, com Dr. Fabiano Urbano, Secretário Jurídico, e com Antônio Carlos Camilotti, Chefe de Gabinete. Hoje, no município, temos quatro leis sobre incentivos à industrialização. O Dr. Fabiano alega, que há muitas empresas em expansão, empresas já fixadas no município, as quais desejam expandir, para novos empregos, nova planta e querem novos incentivos. O que fizemos, juntamente com o Poder Executivo? Emendamos. Então, esclareço que tivemos o apoio do Executivo, para as emendas. Não sei se é do conhecimento de todos os vereadores. Nós emendamos, sobre incentivos, e dissemos, que fica vedado o recebimento dos incentivos às empresas, as quais, no quadro societário, tenham cônjuge, ou companheiro, parentes consanguíneos, por adoção, ou não, até o segundo grau, de agentes políticos do município, em atividade. Outra emenda, modificativa, diz que os incentivos serão concedidos, pelo prazo máximo, de vinte anos e emendamos, excetuamos casos dispostos no parágrafo 6º, e reduzimos para dez anos. O artigo 7º, nos chamou atenção. Esta lei também, será aplicada às empresas, que promoverem o parcelamento de solo urbano, para fins de locação, ou venda de lotes, para implantação dos empreendimentos. Assustamos! Hoje, na Rodovia Mogi Mirim-Limeira, temos um condomínio de indústrias. Se o condomínio fosse implantado após a sanção da lei, por exemplo, não só os proprietários, que compararão os lotes, terão isenção, como também, o proprietário da terra. Mas, como houve consenso, para este caso, nós definimos dez anos. Ao vender o lote, pusemos a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

metragem de cinco mil metros quadrados, o mínimo, empresas com trezentos funcionários, no mínimo. Todas, com autorização legislativa, porque não vamos deixar de nos apoiar. O projeto fala que, ao retirar uma indústria, em decorrência da falta de cumprimento do concedido, deverá haver uma comissão, indicada pela Secretaria de Finanças. Então, assim, fizemos duas situações. O prefeito não poderá retirar área de ninguém, sem a devida autorização legislativa, e a citada comissão, que seria composta pela Secretaria de Finanças, nós colocamos, que será composta de cinco pessoas, apenas um funcionário comissionado e quatro concursados. Portanto, foi em comum acordo. Cinco elementos, para verificar a possível isenção de impostos e tarifas, com a máxima justiça. Portanto, todas as emendas foram discutidas com o Dr. Fabiano e com o senhor Camilotti. Espero consenso e aprovação. Nunca fomos oposição remida, aqui. Queremos o controle, ao lado do Executivo. Esta se tornará a única lei de incentivos às indústrias. Espero que todos concordem”, explanou; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 131/2015, do Prefeito de Mogi Mirim e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno: 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2015, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Senhora MARIA DULCE COLOMBINI PATELLI”.** Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (**PREJUDICADO** – artigo 126, VI, do Regimento Interno); 5. Projeto de Resolução nº 06, de 2015, de autoria da Mesa da Câmara, “transferindo bens móveis, em desuso, ao Poder Executivo e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Resolução nº 06/2015, da Mesa da Câmara); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **ex-vi” do disposto no § 3º do Artigo 152 do Regimento Interno: 6.**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Moção nº 104, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “manifestando repúdio à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e ao Governador Doutor Geraldo Alckimin (PSDB), pela falta do fornecimento de medicamentos de alto custo ao Município”. Para discussão a pedido do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Para discutir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio. “Eu solicitei a discussão, porque assinei a moção e para trazer aqui, o que está ocorrendo. É questão de regularização. A maioria dos remédios está regularizada. Outros, são casos de ordens judiciais. Não são medicamentos corriqueiros, são caros; alguns, são casos do Governo Federal, não do Governo do Estado. Então, diante desse fato, pelo que levantamos, o que ainda não está regularizado, já está em processo de regularização. Votarei contra à moção, haja vista que há regularização, no processo, que já está quase regularizado”, explicou. Também fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Moção é de autoria do nobre edil Daniel. Mas vou dar uma referência. Por que as entidades estão aqui? Para protestar contra a falta de recursos. Prefeito disse que pagaria somente no mês de dezembro. Eles disseram, que não podem esperar. É o mesmo caso. Alguns remédios não podem se fazer esperar. Outros, que estão em falta, são banais, banais. Aguardar complementação de licitação? Por que não fizeram lá atrás? Vai falar para o enfermo, que ele tem que esperar licitação! Mais dois meses! Nada contra os vereadores do PSDB, mas só um discurso. Não assinaram a moção, que é de repúdio ao Governo do Estado, porque deixou faltar remédios para a população de Mogi Mirim. Disto, discordo. Portanto, apoio a moção e discordo da atitude dos vereadores do PSDB”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Volto a dizer, na tribuna, que já assinei manifestações aqui, contra o Governo do Estado e contra o Dr. Geraldo Alckmin, o Governador do Estado. Vereador Daniel. Hoje, conversamos com Dr. Benedito, Diretor Regional do Estado – DRE de Saúde, em São João da Boa Vista. A lista dos medicamentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

está aqui. São todos medicamentos de alto custo. Apenas três deles, não estão regularizados. Esta moção deveria ter sido diferente, pois está dirigida ao Dr. Geraldo Alckmin e esses remédios dependem do Ministério da Saúde, Governo Federal. Portanto, ela deveria ser endereçada também à Presidente da República, Dilma Rousseff, pois faltam medicamentos, distribuídos pelo Governo Federal, e ao Prefeito Municipal também. Portanto, ao município também. Nós tivemos a confirmação da Secretaria e do diretor da DRE, de que todos os medicamentos estão regularizados. Eu não seria irresponsável de inventar isso. Sabemos, que os remédios são difíceis e caríssimos e são todos bancados pelo Governo do Estado e pelos laboratórios do Governo Federal. Portanto, direcionar ao Dr. Geraldo, seria ato falho. Passo a todos, os medicamentos, que já estão regularizados, e os que estão à espera do fornecedor. Peço rejeição da moção de repúdio, para o Governador, Dr. Geraldo Alckmin”, explicou. A próxima a discutir foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Como membro da bancada do PSDB, fui buscar as informações, ao lado dos Vereadores Maria Helena e Osvaldo. Quero dizer ao Vereador Waldemar, que já fiz repúdio contra o prefeito municipal, porque, com ele, é impossível o diálogo. E a questão das entidades, são quatro meses sem repasse. Situações que são bem diferentes. Nas UBSs do município, medicamentos, que são de baixo custo, de simples aquisição, eles não existem. Portanto, por que repudiar lá em cima, se aqui, também se tem problemas? Fácil jogar a ‘bomba’ no Estado! Fomos buscar as informações. Não é um problema do Governo do Estado. É um problema, que envolve o Ministério da Saúde e os laboratórios. Como biomédica e pós-graduanda em administração hospitalar, tenho estudado a questão do SUS e as ações judiciais. Aparece um medicamento caríssimo lá, nos EUA, sequer aprovado pela ANVISA, e o paciente já cobra e diz que precisa do medicamento e impetra uma ação judicial. Não é um problema do Governo do Estado, mas da Nação, como um todo. Se o vereador modificar a moção, ampliando também, para repúdio contra a Presidente Dilma e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Ministério da Saúde, terá o meu apoio e o da bancada do PSDB. Fomos buscar o diálogo, sobre um problema, que se iniciou há apenas um mês. Aqui, os problemas do município são constantes. Todos os meses temos problemas. Este não depende só do Governador”, destacou. Fez uso da palavra o autor da moção, Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Realmente, diálogo com o prefeito está difícil. Assim como também estão os professores, que até hoje, esperam diálogo com Geraldo Alckmin. Quando fiz a moção, a situação não estava regularizada. Faltam ainda, muitos remédios na rede, para Parkinson e Hepatite C. Uma gama de remédios está faltando. O repúdio foi em relação isso. Graças a Deus, que está se regularizando. É o que esperamos. Quero cópia da relação, vereadora, porque hoje mesmo, fui procurado por pessoa, que não recebeu os remédios. Inclusive, o jornal A Comarca trouxe os tipos de remédios. Nada pessoal, nada partidário. Quantas moções contra o prefeito assinei, independentemente, de partido. A situação foi a falta de remédios. Algo que não pode ocorrer”, justificou. Ao contínuo, discursou o Vereador Laércio Rocha Pires. “Pois é. Pimenta, no olho dos outros, é fresco. Engraçados, os vereadores da oposição. Tudo o quanto existiu de voto de repúdio, contra o prefeito, nós assinamos. E não ficamos esperando resultados, para assinarmos. Nós assinamos, independentemente. Agora, dizer que o Governo do Estado está fornecendo direitinho, isto não é verdade. O prefeito do município depende de verba do Estado e do Governo Federal também, mas se não vem a verba, o ‘pau quebra no lombo’ do prefeito, de qualquer forma. Por que, agora, devemos poupar o governador? Não acertaram nada ainda, papel não adianta, o povo está reclamando, dizendo que o remédio não chegou! Agora, jogam na Dilma? Ela não manda mais nada! Eu assino o voto de repúdio, sou PPS, base do Governo do Estado. Vamos jogar firmes!”, afirmou. O próximo a comentar a matéria foi o vereador Luís Roberto Tavares. “É uma situação delicada, serei objetivo. Vou votar favorável ao repúdio. Independentemente. Seja o Governo Estadual, quer seja o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal, quer seja o Estadual, quem ‘paga o pato’ é sempre a população. Gostaria que fizesse a mesma moção aos Governos Municipal e Federal também”, salientou. O Presidente da Câmara, Vereador João Gonçalves, declarou, antecipadamente, que se houvesse empate, na votação, seu voto seria favorável à moção de repúdio. O Vereador Waldemar Marcurio Filho requereu, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, votação pelo processo Nominal, o que foi aprovado, por onze (11) votos favoráveis a três (03) votos contrários. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à *Votação Nominal* e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) à moção, ou contrariamente (NÃO) à moção. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Benedito José do Couto, Cinoê Duzo, Daniel Gasparini dos Santos, Jorge Setoguchi, Laércio Rocha Pires, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos bento Alves de Godoy e Waldemar Marcurio Filho votaram (SIM); os Vereadores Dayane Amaro Costa, Maria Helena Scudeler de Barros e Osvaldo Aparecido Quaglio votaram (NÃO); (submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por onze (11) votos favoráveis a três (03) votos contrários, Turno Único, a Moção de Repúdio nº 104/2015, do Vereador Daniel G. dos Santos); (oficie-se como requer); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 7. Projeto de Lei nº 90, de 2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “dispondo sobre a utilização e entrega de créditos, em precatórios, para compra de imóveis públicos”.** Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do *Requerimento nº 490/2015*, de autoria do Vereador Waldemar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por quinze (15) dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 90/2015, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por oito (08) votos contrários a seis (06) votos favoráveis, o Requerimento de Adiamento nº 490/2015); (arquive-se); Em votação o Projeto de Lei nº 90/2015; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por oito (08) votos contrários a seis (06) votos favoráveis, Segundo (2º) Turno, Projeto de Lei nº 90/2015, do Vereador Benedito José do Couto); (arquive-se); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 8. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão e Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 121, de 2015, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “instituinto o prêmio Professor do Ano, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”.** (rejeitado o parecer, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, para apreciação, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Venho pedir a derrubada do parecer contrário. O parecer informa, que são poderes diferenciados, mas coloco que é de nossa competência apresentar o projeto. A classe do professorado é uma classe desmerecida e ofendida. O mínimo, que esperam da sociedade, é reconhecimento pelos serviços prestados, dentro do município. Quando a gente fala, que a comissão de pais e alunos irá escolher o homenageado, isto faz com que os pais estejam mais participantes, dentro da escola, participar mais. Temos que valorizar o profissional educador. É o mínimo, que podemos fazer. Com relação ao custo, é irrisório. Conclamo os pares à derrubada do parecer contrário”, argumentou. Também comentou o projeto o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Eu parablenizo o vereador, pela apresentação do projeto. Os professores têm mais do que o direito de receber tal homenagem. O professor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

merece o nosso respeito e carinho e esta é a forma, de aquecer a profissão e a educação, na cidade. Voto contra o parecer desfavorável”, colocou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio. “Nós temos aqui, hoje, mais dois projetos, que receberam pareceres desfavoráveis. Eu entendo, que talvez os quatro projetos sejam interessantes, mas há um problema. Não são da competência da Câmara. O problema é o risco, que corremos. Todos os projetos, que não são da competência do Poder Executivo, são oriundos da Câmara. O ideal seria o vereador encaminhar a minuta do projeto ao Poder Executivo. Mas ocorre, que apresentando o projeto, cuja iniciativa não nos cabe, faz com que fiquemos em ‘papos de aranha’. Ora! Quem é contra um professor? Ninguém. Mas o projeto não é da nossa competência. Seria mais fácil fazer, pela via correta. O problema é este rol de pareceres desfavoráveis. Uma vez apresentei projeto, que não era da iniciativa do vereador, com parecer desfavorável, e eu o retirei. E encaminhei minuta. Estamos criando uma espécie de jurisprudência! Daqui a pouco, virão projetos aqui, com horrores, e seremos questionados. Creio, que deveríamos votar contra todos os pareceres desfavoráveis. Que sejam encaminhadas minutas ao Executivo. Deveríamos cessar esta mania de apresentar projetos, que não são de nossa competência. Sou pelo acatamento dos pareceres. Vai virar a ‘casa da mãe Joana’. Nada contra o projeto, apenas o vício de iniciativa”, discorreu; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por oito (08) votos contrários a seis (06) votos favoráveis, Primeiro (1º) Turno, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 121/2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à análise da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social); 9. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 122, de 2015, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos detectores de metais, nas escolas públicas no Município de Mogi Mirim”. (rejeitado o parecer, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Social, para apreciação, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Comentou o parecer o Vereador Laércio Rocha Pires. “O prefeito, quando vereador, sempre colocou que o voto, aqui, é político. Ele passava o ‘rolo compressor’. Estou apresentando este projeto. Nós não podemos correr o risco de chegar ao ponto de uma tragédia, em nossas escolas, como a que vimos acontecer na escola, no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro. Há outros exemplos. Vamos derrubar o parecer. Peço, inclusive, votação nominal, pois temos que exigir segurança nas escolas”, argumentou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, submeteu à votação o requerimento verbal do Vereador Laércio Pires, para Votação Nominal, conforme o disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, e ele foi aprovado, pela unanimidade dos vereadores presentes. Fez uso da palavra, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “O Vereador Osvaldo disse de mais três pareceres desfavoráveis, mas, eu pergunto: como não derrubar um parecer desses? Entram canivetes, armas de fogo e drogas nas escolas, em Mogi Mirim. Imaginem a insegurança do professor! Dos serventes! Dos próprios alunos! Se há possibilidade de fazer, com que alunos e servidores se sintam mais seguros, vamos derrubar o parecer”, sublinhou. O próximo a discorrer sobre o parecer foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Todos os projetos são bem-vindos. Mas, eu fico pensando, o prefeito pode até sancioná-los, mas não os vai cumprir. Vereador Osvaldo, o problema não é o detector de metais, mas, e os muros, que as pessoas, pulam? Precisamos pensar nisto, também. O voto é político. Todos os projetos são estudados. Vou votar contra o parecer, mas, se o projeto for, enfim, aprovado, isto só irá massagear o seu ego, Vereador Laércio, porque o prefeito não vai cumprir a lei, se ela for aprovada. Enfim, voto pela derrubada do parecer”, salientou. Na sequência discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa. “A iniciativa do vereador é muito boa, mas o prefeito não faz nem o básico nas escolas. Na zona leste, vemos escolas sem grades, vítimas de invasão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vandalismos. Nem o básico o prefeito faz, imaginem se vai instalar o detector de metal? Coloco o pensamento de Brizola: o remédio para os problemas da sociedade está na educação, dentro da escola. É de lá, que parte o princípio de segurança, por isso, votei favorável ao projeto do Professor do Ano. Sei, que o prefeito vai vetar, porque não faz nem o básico, como vai comprar detector de metal? Quando apresentamos um projeto, é importante o embasamento estatístico. No Rio de Janeiro, sabemos que há violência, mas, em Mogi Mirim, os dados inexistem. Acho que é medida drástica, o detector de metal. Voto contrariamente ao projeto. Não tem embasamento, em lei federal”, esclareceu. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi o próximo orador. “Novamente, a mesma situação. A Vereadora Dayane já falou tudo. Quanto custa o detector? O prefeito não vai fazer. Nenhum prefeito vai fazer. A ideia é boa? Claro que é, Vereador Laércio Pires. E agora? Como vamos fazer? E o estilete para apontar o lápis? E o compasso de metal? E o muro? Observam, onde quero chegar? Por isso, que eu disse, que os projetos são bons, mas a forma como apresentamos, ela não é de nossa competência”, completou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Voto pela manutenção do parecer desfavorável. Está mais do que provado, que onde existem detectores de metal, muitas coisas passam. Pessoas descobrem como burlar a vigilância. Em Mogi Mirim, dentro de um banco, a esposa de um guarda passou, pela porta, com a arma do marido, dentro da bolsa. Eu, com apenas chaves, não passei. No Rio de Janeiro, num banco, foram metralhadas pessoas e havia porta, com detector. Pergunto, como a metralhadora entrou? Portanto, sempre haverá uma maneira de passar, por cima. Este será um gasto, que vai resolver nada. A escola tem que investir na educação, na comunicação com a família e seus alunos. E o dinheiro, para implantar o detector? A prefeitura não tem. A saúde está agonizando, não se pagam médicos, prestadores de serviços não recebem há meses. Combustível foi cortado. Vamos trabalhar em cima disso. Não vou votar em algo, que sei, de antemão, não vai ser feito, haja vista que o custo é altíssimo”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pronunciou. O próximo a comentar a matéria foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “É complicado. A vida não tem preço, mas, detector, nas escolas, é complicado. Os alunos deverão chegar mais cedo, haverá filas. Mas, quem manda aqui, hoje, é a oposição. Complicado”, afirmou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto. “Observei os vários argumentos. Um deles, de que a educação começa dentro das escolas. Isto é natural, necessário e já vem sendo cobrado. Muitos locais tentar investir na questão da educação, com a qual concordo seja o melhor caminho. Mas o projeto do vereador é muito bom. Existe a questão do vício de iniciativa. Foi sugerido fazer de outra maneira, que é o encaminhamento de uma minuta de projeto ao prefeito. Oras! A minuta de projeto, o prefeito nem dá bola. Pelo menos, se aprovarmos, a instalação fica sob critério do prefeito. Daremos uma ferramenta à sociedade. Outro argumento, foi sobre o Rio de Janeiro, lugar onde acontecem muitos crimes. Não podemos esperar que aconteçam as barbaridades, como acontecem no Rio de Janeiro, para somente depois, correremos atrás do prejuízo. Temos que pensar no preventivo. Talvez o projeto seja aprovado e não seja executado, mas não é por esta razão, que não vamos dar uma ferramenta, para que esteja ao alcance do prefeito. Se algum prefeito tiver boa vontade e procurar verbas, a lei estará aí, autorizando. Quantos casos, mesmo na nossa cidade, a respeito de maus tratos ao professor, e aos alunos também? Não tivemos problemas com armas de fogo ainda, mas não está difícil e nem tão longe de acontecer. Cada vez mais, nossa cidade não tem a mesma tranquilidade que tinha há alguns poucos anos. Parabéns pela iniciativa. Votarei pela derrubada do parecer contrário. Se perdermos, pelo menos, pensamos no melhor, no preventivo e na classe dos professores, que é tão desconsiderada”, verbalizou. Também discorreu sobre o parecer o Vereador Luís Roberto Tavares. “O projeto é interessante, mas se fosse uma indicação ao Governo do Estado, para as escolas estaduais, porque elas têm muros altíssimos. O CAIC tem cerca de mil jovens. Há entrada pelo lado do NIAS, um portão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sempre aberto. Semana passada, vi alunos saindo, por ali, e voltando. Fora as outras entradas, pelas laterais. Isto, só no CAIC Alfredo Bérghamo. Antes do detector, deveríamos murar as escolas municipais. Votarei com o parecer desfavorável”, aclarou. Ato contínuo, discursou o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. “Sou membro da Comissão de Justiça e Redação. O parecer da nossa comissão é um parecer técnico, desfavorável. Eu justifico meu voto, que será favorável ao parecer contrário”, frisou. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo de Votação Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Benedito José do Couto, Cinoê Duzo, Daniel Gasparini dos Santos, Laércio Rocha Pires, Marcos Bento Alves de Godoy e Waldemar Marcurio Filho votaram (NÃO); os Vereadores Dayane Amaro Costa, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Maria Helena Scudeler de Barros, Manoel Eduardo P. C. Palomino e Osvaldo Aparecido Quaglio votaram (SIM); (submetido a votos, Votação Nominal, em sessão de hoje, a Câmara acatou, por oito (08) votos favoráveis a seis (06) votos contrários, Primeiro Turno, o parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 122/2015, do Vereador Laércio Rocha Pires,); (arquite-se); 10. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 124, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre prazo para marcação de exames e realização de consultas específicas e dando outras providências”. (rejeitado o parecer, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, para apreciação, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Fez uso da palavra o autor do projeto, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Respeitarei, no caso de uma rejeição, mas temos muitas dificuldades, atualmente. Pessoas, com doenças crônicas, recebem receitas para noventa dias, mas só reagendam novas consultas, para cento e vinte dias. Os pacientes ficam longos dias, sem a medicação, entram em desespero. Este projeto não traria custos ao município, bastaria uma organização, logística, para atendimento mais tranquilo aos doentes crônicos”, comentou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Difícil situação. O parecer é contrário. Um parecer técnico. Mas, pedimos este parecer à Consultoria NDJ. Temos autonomia, para passarmos em cima deste parecer, trazendo o bom atendimento ao munícipe. Eu uso o SUS. Consegui agendar uma consulta, para cento e vinte dias. Outros, aguardam cento e cinquenta dias. Eu defendo o projeto e estou favorável a ele e contrário ao parecer técnico”, afirmou. Também fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Parabéns, Vereador Marcos. Este projeto não gera custos. O senhor nem precisaria apresentá-lo, teoricamente, pois um atendimento correto é obrigação do poder público. Como não tem custos, não vejo motivos para votar contra, embora, realmente, defenda que sejam encaminhadas minutas de projetos ao Executivo. Mas é apenas ordenamento de consultas e exames, algo que deveria estar sendo feito e há temos. Votarei como autor do projeto. O projeto, embora político, é necessário e vale a pena enfrentar o veto do prefeito”, afirmou; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por treze (13) votos contrários a um (01) voto favorável, Primeiro Turno, o parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 124/2015, do Vereador Marcos Bento de Godoy); (à análise da Comissão de Educação, saúde e Assistência Social); 11. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 126, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre a implantação de tarifa justa, para o fornecimento de água, concomitantemente, com a tarifa do esgoto, no Município de Mogi Mirim”. (rejeitado o Parecer, o projeto de lei em tela será encaminhado à Comissão de Obras,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Serviços Públicos e Atividades Privadas para apreciação, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Para defender sua posição, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “A mesma situação do projeto anterior. A população de Mogi Mirim tem questionado a tarifa, com relação à cobrança do mínimo. Paga-se, muitas vezes, aquilo que não é consumido. Que benefício, além da economia, o cidadão, que economiza água, possui? Exemplo. Há um senhor, que tem uma banca. Ele gasta mil litros de água e paga trinta reais, na conta, porque o mínimo, para o comercial, é maior. Nós temos várias situações, que se enquadram no exemplo. Então, eu quis trazer esta discussão a respeito do mínimo, porque, se analisarmos, há uma grande parte da população, que gasta quatro mil, cinco mil litros de água, e acaba pagando por dez mil litros. Seis mil litros a mais. Mas não é só água, pois há o esgoto. Então, discussão necessária. Grande parte dos consumidores não encontra um incentivo para fazer a economia, tão importante, atualmente. Quanto ao parecer desfavorável, ele fala do vício de iniciativa, que o projeto é de competência do Executivo. Até levantei, com a assessora do vereador. O parecer fala muito em relação à tarifa. Se formos entrar no mérito do parecer, entraremos no mérito de tarifa e de taxas. Tarifa é uma relação contratual, implica alteração de vontade. Se eu chegar no SAAE e dizer que não quero mais o serviço, o SAAE corta a minha água, cessa o serviço e eu não pago mais. A taxa, não. Na taxa, as partes não podem cessar. Em relação ao parecer, a única questão foi esta, da tarifa e da taxa. O parecer é muito voltado à tarifa. Mais uma questão, para se discutir. Pagar por situações, que não consumimos. Penso que isto venha ferir o Código de Direito do Consumidor”, disse. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos solicitou ainda, assim como dispõe o Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, votação pelo processo Nominal, o que foi rejeitado, pela Casa, por dez (10) votos contrários, a quatro (04) votos favoráveis. Ainda em discussão, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “O projeto é bom, vereador. Alertamos, apenas, que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadação do SAAE está caindo. É uma faca de dois gumes. Poderíamos adiar a matéria, talvez, para consultarmos técnicos do SAAE. Parabéns, pelo projeto, mas fica o alerta”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “A conta de água está altíssima e a água está sendo cortada dos que não a conseguem pagar. A água é essencial para todos e tudo, para a saúde. Sou favorável, mas apenas, que já tentamos isso, de todas as maneiras, e não conseguimos vitória. A primeira coisa, porém, seria o município pagar o que deve ao SAAE. Espero que o tribunal aja e que a Justiça aja sobre estas administrações”, explicou. Também discursou o Vereador Luís Roberto Tavares. “Sou favorável, declaro meu voto. A questão, que o Vereador Cinoê levantou, é importante. Poderíamos fazer uma pesquisa”, registrou. O Vereador Marcos Bento A. de Godoy também comentou a matéria. “Vou votar contra o parecer, porque o projeto irá para a Comissão de Finanças e Orçamento e a presidente da comissão, Vereadora Maria Helena, certamente, pesquisará a questão, sobre uma possível queda de arrecadação. De forma, que precisa ser melhor elaborado. Fica assim: voto contra o parecer, dependendo também, do parecer da próxima comissão, que é a de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas”, explicou; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por treze (13) votos contrários a um (01) voto favorável, Primeiro (1º) Turno, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 126/2015, do Vereador Daniel dos Santos); (à análise da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Na última sexta-feira, deu-se a abertura e o início do funcionamento do Grupo de Escoteiros Valentino Balestro, cujo presidente é Celso Mendes. Um grupo, que fazia parte do grupo de escoteiros Encanto das Matas. Homenagem justa e merecida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao falecido empresário e industrial Valentino Balestro. O grupo Encanto das Matas vai continuar com seu funcionamento, no Horto de Mogi Mirim, e o novo grupo terá suas atividades, no Seminário Nossa Senhora de Fátima. Estão de parabéns, pelo trabalho, disciplina, união, fraternidade. Recebi informações de uma pessoa, que efetuou o cadastramento do novo Cartão SUS, no Centro Cultural. Esta pessoa está indignada com a falta de organização, simplesmente, para um simples agendamento de cadastramento. A pessoa chega, no horário, mas tem uma fila imensa, e depois, outra fila, dentro do Centro Cultural. A quantidade de agendamentos é superior à capacidade de trabalho. Isto se faz, para que os funcionários não fiquem ociosos, mas é questão de incoerência. O funcionário deveria atender ao munícipe de forma correta e não fazer o idoso suportar uma fila imensa. É falta de organização, na prefeitura. Funcionários procurem tomar cuidado. Nossos munícipes podem ser pessoas idosas, e estão enfrentando inúmeras filas, sem qualquer sentido. Peço respeito às pessoas. É um absurdo, que está acontecendo, muitas reclamações. Peço respeito e dignidade”, informou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Volto à tribuna, para falar de mais uma ação, que ingressei, junto ao Ministério Público - MP, desta vez, na área da educação. Não se tem dinheiro para pagar contas, mas vemos licitações e a compra de material irregular, desde o princípio. Para aquisição do material do Palavra Cantada, não houve consulta aos professores e nem aos diretores. Uma compra, decidida, em 2014, sem assinatura de ninguém, apenas a de Gabriel Mazon e Gérson Rossi. Desde o princípio, foi dado o nome do livro e a editora. Realmente, então, não havia possibilidade de haver competição. É um material, que poderia ter sido trabalhado. Existe um convênio com a Banda Lyra, junto à educação, e isto foi esquecido. Não existiu, em nenhum momento, quando feita a licitação, a questão de treinamento prévio. Mas, para justificar o preço maior, na compra deste material didático, é que, depois, apareceu a questão do treinamento. De três



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

treinamentos. Isto não é nada e não justifica o pagamento, que é o dobro do que vemos no mercado. Enfim, dei entrada junto ao MP e vou aguardar a posição da Justiça, para não atrapalhar, e, depois, falarei mais sobre este novo ato de desrespeito, com o dinheiro público”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Hoje, nesta Casa, abordou-se o assunto educação, referente aos professores. Nós temos grandes chances de recebermos o material didático do SESI. Estamos em crise e vários projetos tratados aqui, hoje, falaram da valorização do trabalho do professor. Este caso do SESI vai ser uma grande prova, que revelará se temos, ou não, a divisão entre situação e oposição, nesta Casa. Por quê? Porque um milhão de reais, o custo do material, se poupados, poderiam ser investidos de outra forma, na educação, como, por exemplo, na forma da valorização do professor. Isto, se optarmos pelo material didático fornecido, gratuitamente, pelo Ministério da Educação – MEC. O grande desafio, para que possamos estudar, com carinho, o projeto, deixar partidos de lado, interesses de lado, é optarmos pelo material gratuito. O investimento com o SESI é desnecessário, está provada a qualidade do material do MEC. É tempo de investir na educação. Investir este dinheiro economizado de forma inteligente. Três milhões, em investimentos, em prol da educação, desde o aluno, passando pelo ator principal, que é o professor, até o diretor. Peço que pensem com carinho e responsabilidade, pois temos o livro didático do MEC, de graça. Pensem numa aplicabilidade racional do dinheiro, se economizado”, salientou. Também fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Domingo à noite, uma mãe e um filho foram no Complexo Lavapés, passar o fim da tarde. O menino, Nicolas, tomou um choque nos brinquedos. A mãe me pediu providências e colocou a situação na página do Dedo Duro, na rede social Facebook. O Secretário de Esportes se manifestou e eu também. Pedimos providências. Mandeí a foto para o departamento e fiz o protocolo, para iluminação e isolamento do fio desencapado. O responsável disse que tinha o funcionário, para o reparo, mas que não tinha combustível



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para levar o funcionário até o Lavapés. Hoje, o município está o caos. Estamos inseguros, com esta falta de manutenção e com a falta de dinheiro. Eu estou pedindo a cabeça da Elisanita e isto, desde a suposta Máfia do ISS, aquela cortina de fumaça, onde quiseram me envolver. Eu contratei advogado e ingressei com uma ação de danos morais, em cima deste grupo. Isto é o resultado daquele projeto, que concedeu dez mil reais de salário aos secretários municipais. Foi a partir daí, que apareceram os gafanhotos. Queria falar também sobre o Projeto Maguila. O projeto está terminando a panificadora e gostaria que os vereadores fossem conhecer o lugar. Foi conquista da entidade. O jovem Fernando Carlos Silva, o sobrinho do meu assessor Pedro Laurindo, administrou o projeto e ajudou no curso. A entidade vai colocar vários pizzaiolos, padeiros e confeitores, no mercado de trabalho. A entidade não recebeu nenhum real desta administração, neste ano. Mas o deputado Vanderlei Macris ingressou com um projeto, para tornar a entidade de utilidade pública estadual. A entidade tem vários projetos, para crescer ainda mais. Já faz excelente trabalho, mas desejamos vê-la crescer. Hoje, estive Rua 30, do Parque das Laranjeiras. Tenho responsabilidade muito grande, em relação às obras, no Parque. Acreditem, se quiserem, mas o asfalto ainda não se concluiu, no Parque das Laranjeiras. As bocas de lobo não estão com as grades; guias e sarjetas se perdendo com a chuva. Se não houver ajuda de Deus, para não chover, vão enrolar até fevereiro de 2016! Estou marcando uma audiência com o promotor, para que chame, na promotoria, o Secretário de Obras. Há muito dinheiro público sendo jogado fora”, disse. Como o próximo inscrito, Vereador Osvaldo Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Vereador Luiz, é pertinente sua fala sobre o cartão cidadão. O desrespeito ao cidadão, que procura renovar seu cartão, está muito grande. Precisa-se mais atenção. O agendamento seria forma correta, para que o atendimento fosse humanizado, ou é preciso colocar mais pessoas no atendimento. Estou preocupado, com o atendimento, que é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

demorado, e estou preocupado com o tempo, pois, até quando será possível renovar este cartão? Portanto, é necessária informação, para que as pessoas possam, realmente, ter tranquilidade e qualidade de atendimento, na renovação desse cartão. Estamos próximos do período do recesso. Final do ano. As chuvas chegaram, graças a Deus. E vão continuar. Acredito, Vereador Luís Roberto, que o Parque das Laranjeiras vá esperar até fevereiro, porque as chuvas vão continuar. A chuva é necessária, mas a dengue é preocupante. É uma praga, um mal, que mata. As Regiões Norte e Nordeste estão sofrendo com a microcefalia, devido ao problema do mosquito Aedes. Temos que nos unir, reunir os vizinhos e fiscalizar, um a casa do outro. Passa-se, harmonicamente, a se entenderem os vizinhos. Trata-se de mais união. Temos que acabar, definitivamente, com esta praga. Vou oficializar o gabinete do prefeito, a Secretaria de Saúde, as agentes, as Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, para um mutirão de combate à dengue. Sobre outro assunto. Estivemos na reunião, na quarta-feira, com as entidades. Como observam, dificilmente, eu venho nas audiências e reuniões. Porque, fala-se muito e pouco se resolve. No entusiasmo, muitos falam o que não devem. A gente acaba se chateando. Mas quero agradecer a sensatez e a tranquilidade, com que fez suas colocações, o diretor da Equipotência, Júnior Policarpo. Tem o dom da palavra. Fez colocações, com uma naturalidade invejável. Tranquilidade e coerência e fez com que todos entendessem a situação das entidades, diferentemente, de outros, que, muitas vezes, querem fazer política e se engrandecer às custas dos outros. Às vezes, aplausos e palmas fazem com que pessoas se enfureçam e muitas vezes falam coisas que não devem. O ser humano é imprevisível. A vaidade do ser humano é que destrói determinadas situações. Meus parabéns a este jovem voluntário. Veio aqui, humildemente e nos sensibilizou. Aproveito o ensejo e cumprimento a todos os voluntários de todas as entidades. Os que trabalham, sem fins lucrativos. Muitos não trabalham, sem fins lucrativos, junto às entidades e muitas vezes nos ofendem,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desrespeitam. Quando eu peguei o microfone para falar, na reunião, alguns debocharam, porque eu fazia parte do governo. Aqui, dividiu-se em situação e oposição. Parabéns ao jovem, pelas suas colocações, que foram pertinentes. Agradeço, de coração, o apoio ao meu projeto”, narrou. Como o próximo inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Quero aproveitar o espaço e me dirigir, publicamente, ao Secretário de Obras, Wilson Rogério. Trata-se da Avenida Caetano Schincariol, onde havia uma saída de água, uma parte de terra. Uma empresa acabou colocando um muro, no local. Quando chove, o pessoal do Maria Beatriz e Parque Real, que utiliza aquela via, para trabalhar no Distrito Industrial, não consegue transitar pelo local. Impossível transitar. Inclusive, na sexta-feira, um carro da prefeitura conduzindo dois idosos acabou atolado, na via. Um empresário ajudou. É impossível transitar, nos dias de chuvas. Peço atenção do secretário, pois é rua importante, bastante utilizada, para o distrito industrial”, sublinhou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quero agradecer a votação que permitiu a derrubada do parecer contrário da comissão. Agradeço aos Vereadores Dayane Amaro, Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi, por terem me ajudado a derrubar o parecer. Agora, quero fazer algumas perguntas. Os pareceres das comissões, eles são consultados de onde? Qual lugar? Consultoria NDJ. É uma consultoria jurídica. É ela que faz a conclusão dos pareceres. Acontece, que o Vereador Osvaldo vem na tribuna e fala que o parecer, da mesma instituição, não tem validade. Vou ler parte do parecer NDJ: ‘em resposta objetiva a indagação proposta, entende-se que, o presente projeto de lei, de autoria de vereador, que institui o prêmio Professor do Ano, no município de Mogi Mirim, é de competência do município, haja vista que a matéria é de interesse local, artigo 30, I, da CF/88. Ademais a iniciativa para a propositura de projeto de lei que institui premiações é concorrente e por esta razão o projeto de lei, em questão, poderá ser proposto por vereador’. Como, então, vereador, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senhor fala que não pode? Falou, na tribuna, e votou contra o projeto, acatando o parecer desfavorável. Invoco todos os que votaram com o vereador. Os senhores não leem os projetos! Muito menos o parecer! Fácil fazer as críticas, mas, para fazê-las, temos que ter embasamento. Não estou discutindo o projeto, por mim, mas pelos educadores. Pedi a todos os vereadores. Os que citei, entenderam e votaram comigo. E vou analisar, com carinho, a questão do recurso, de um milhão, que pode vir, para a educação, se economizado o custo com o material didático, se não comprarmos os livros do sistema SESI. Vou analisar, vereador, com carinho, esteja certo. Brincadeira? Para discutir qualquer assunto, leia primeiro, tenha embasamento e, mais adiante, apresente projetos”, discursou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “Venho registrar indicações que apresentei para o Bairro Santa Luzia, primeiramente, para a Rua Napoleão Laureano, para manutenção em todos os postes de iluminação pública. Vereador Luís Roberto. Neste ano, pelo menos pela previsão meteorológica, será ano de chuvas. Então, no Parque das Laranjeiras, é nosso dinheiro que está indo para o ralo. Um problema sério. Quero também, convidar todos para participarem da reunião da Comissão de Vias e Logradouros, que será na quinta-feira, dia 26, às 16 horas, no plenário. Principalmente, para os que fazem parte da comissão”, frisou. Ainda fez uso da palavra, em “Explicação Pessoal”, a Vereadora Dayane Amaro Costa. “O Vereador Daniel citou, com relação à moção de repúdio ao Governador Geraldo Alckmin e à falta de diálogo, entre os professores estaduais e ele, o governador. Quero deixar claro, que eu assinei aquela moção, justamente, pela falta de diálogo. Quando é para reprimir um gestor, não tenho medo. Mas, vale lembrar que Geraldo é, infinitamente, melhor gestor que Gustavo Stupp. Até Dilma, é melhor que Stupp! Com relação aos medicamentos, eles são de alto custo. Os juízes não têm conhecimento da parte da saúde, não questionando os magistrados. Mas é a realidade. Ocorre, que a pessoa entra com a ação, para medicamento de alto custo, o juiz não sabe,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deferir, estabelecendo que a prefeitura e o Estado comprem e distribuam. Existem muitos problemas relativos. Sobre órteses e próteses, havia até máfia entre juízes e médicos. Médicos certificavam que o paciente precisava de determinada prótese e o juiz deferia, dando ganho de causa. É algo que gera muita discussão, a questão toda. Com relação ao cadastramento do Cartão SUS, assunto lembrado pelo Vereador Luiz Guarnieri. Também ouvi muitas reclamações. O Vereador Luís Roberto estava fazendo um trabalho de investigação sobre isso e me convidou, mas eu tinha compromisso. Todavia, obtive diversas informações a respeito. Eu penso, que o tratamento humanizado começa a partir daí, no cadastramento do próprio cartão. Humanização foi prometida na campanha do atual prefeito. Humanização é tudo referente à saúde da população. Realmente, pessoas esperando, em pé. No local, faz muito calor. O Centro Cultural. Um salão, sem muita ventilação, numa condição desumana. Tem meu apoio na luta, Vereador Luiz Guarnieri. Para fechar, gostaria de deixar um pedido, que parte das entidades. A luta continua. O protesto continua, pelo repasse. Estivemos sábado, protestando nas ruas. Espero que na próxima manifestação tenha mais pessoas, então, quero aproveitar este momento, para convidar a população, para participar. É luta nossa, luta do município, não só de quem está dentro da entidade. É uma luta contra a má gestão. É nosso dinheiro, que não está sendo aplicado de maneira correta e, por isso, o repasse não chegou às entidades. Peço apoio de todos. Como a próxima oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero dizer, Vereadores Maria Helena e Osvaldo, que estivemos reunidos, enquanto PPS, falando sobre o edital do SAAE. O PPS, através de seu presidente e vereadores, tem as seguintes considerações a realizar sobre o edital de audiência pública, agendada para o dia 17 de dezembro próximo. Entendemos inoportuna e inconsequente a publicação do edital. O Executivo deve suspender imediatamente, pois colocou a ‘carroça na frente dos bois’, pelos seguintes motivos: antes de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discutir o edital de concessão, algumas respostas precisam ser dadas à sociedade, por se tratarem de questões macro administrativas. Não é tarde, para vermos. Na lei, que autorizou a concessão, no Artigo 7º, da Lei 5586 e seus parágrafos, fala das novas atribuições do SAAE, da garantia de não haver exonerações e da necessidade de reestruturar o SAAE. Pais de família nem dormem, preocupados com o que pode acontecer com eles. São funcionários técnicos. Onde vão colocá-los? Na prefeitura? Fazendo o quê? Inicialmente, o prazo para essa reestruturação, estipulado em lei, foi de seis meses e após, prorrogado para 31 de dezembro de 2015. Não se tem notícia, de que essa reestruturação aconteceu e o prazo expira, em breve. Portanto, não se pode discutir um edital de concessão, sem antes trazer a reestruturação e a segurança jurídica a todos os servidores do SAAE. Até porque, a maioria das funções dos servidores contratados pelo SAAE, ao longo de sua existência, são técnicas, relativas ao saneamento, e se precisa deixar claro, como será seu aproveitamento, na prefeitura. Outra dúvida, que paira no ar, seria o impacto dessa absorção, na folha de pagamento da prefeitura, considerando que estamos vivendo uma recessão e as receitas estão estagnadas. A folha de pagamento atingindo índices próximos aos estabelecidos pela LRF. Vereadora Maria Helena está rindo? Debochando. Estamos afirmando aqui. Pode rir, fique à vontade. A Vereadora quer aparecer, quer falar. Estamos para ajudar. Querem que sejamos contra, de qualquer maneira? Barbaridade. Estamos discutindo, no partido. E pretendemos até a suspensão do edital. A base não pode? Só a oposição é que pode? Nós temos o direito. O assunto envolve muitos pais de famílias. Aquela população está às vésperas de enfartar! Haja vista a preocupação! Na verdade, há desinformação. Uns falam uma coisa, outros, falam outras. O povo está preocupado, com a situação, no futuro. Reunimo-nos e vamos continuar, fazendo reuniões, para vermos até onde vai a situação deste trabalhador do SAAE. Vão lá, mentem e falam inverdades. Queremos uma reunião com os funcionários, para explicações. Não sou contra a concessão; sou contra a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

privatização. Todas as prefeituras estão fazendo concessões. Em todo o Estado. Só em Mogi Mirim, que não pode. Mas nossa preocupação é com o funcionário do SAAE”, pronunciou. Como não existissem mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *senhor Geraldo Gianoto e da senhora Maria das Dores Januzzi Caruso*. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h10, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM